



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 019/CONSUP/IFAM, DE 11 DE MARÇO DE 2024.

Aprova a revisão do Regimento Interno do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – CONSUP/IFAM.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 21/06/2023, publicado no Diário Oficial da União – DOU Nº 116-A, de 21/06/2023, Seção 2 – Extra A, pág. 1, e, conforme o disposto no § 1º do art. 10 da Lei nº 11.892, de 29/12/2008 e no inciso XI do art. 42 da Resolução nº 2-CONSUP/IFAM/2011, e;

CONSIDERANDO o Despacho nº 72741/2023-DG-CMZL, de 07/12/2023, que encaminhou o Processo nº 23443.018009/2023-68 ao Conselho Superior, referente a Revisão do Regimento Interno do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, referente a Resolução nº 020/CONSUP/IFAM, de 26/06/2013;

CONSIDERANDO a submissão do processo ao Conselho Superior para apreciação da matéria que constou na pauta da 62ª Reunião Ordinária realizada de forma remota em 23/02/2024, com a relatoria do conselheiro Edson Valente Chaves;

CONSIDERANDO o Parecer e Voto do conselheiro relator, pela aprovação da matéria, com a exclusão do § 7º do art. 2º do Capítulo II, da Seção I, da Composição da referida minuta do regimento: “Não poderão ser membros do Conselho Superior servidores técnico-administrativos ocupantes do cargo de auditor, de modo que haja independência nos trabalhos de auditoria”;

CONSIDERANDO a decisão tomada pelos conselheiros, pela aprovação da matéria por unanimidade, de acordo com o Parecer e Voto do conselheiro relator;

CONSIDERANDO o inciso X do art. 42 do Regimento Geral IFAM, aprovado pela Resolução nº 2, de 28/03/2011;

CONSIDERANDO o DESPACHO nº 72767/2023 – GAB/REITORIA, 07/12/2023,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar, a revisão do Regimento Interno do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, de acordo com a relatoria do conselheiro relator apresentada na 62ª Reunião Ordinária, que consta nos autos do Processo nº 23443.018009/2023-68.

Art. 2º Revogar o inteiro teor da Resolução nº 020/CONSUP/IFAM, de 26/06/2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Reitor do IFAM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

Revisão do Regimento Interno do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – CONSUP/IFAM, **aprovado pela Resolução nº 019/CONSUP/IFAM, de 11/03/2024.**

CAPÍTULO I
DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Superior é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, de caráter consultivo e deliberativo, regido pelo disposto na Lei nº 11.892, de 29/12/2008, no Decreto nº 6.986, de 20/10/2009, Resolução nº 072- CONSUP/IFAM, de 15/08/2022, que trata do Estatuto do IFAM, na Resolução nº 2, de 28/03/2011, que trata do Regimento Geral do IFAM e nas demais legislações vigentes.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Seção I
Da Composição

Art. 2º O Conselho Superior, possui a seguinte composição:

I - o Reitor, como presidente;

II - representação de 1/3 (um terço) do número de ***campi***, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 07 (sete) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares na forma regimental;

III - representação de 1/3 (um terço) do número de ***campi***, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 07 (sete) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

IV - representação de 1/3 (um terço) do número de ***campi***, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 07 (sete) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

V - 02 (dois) representantes titulares dos egressos e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

VI - 05 (cinco) representantes titulares da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 01 (um) indicado por entidades dos trabalhadores, 01 (um) indicado pela entidade dos trabalhadores da educação profissional e tecnológica, 01 (um) representante do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

VII - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; e

VIII - representação de 1/3 (um terço) do Colégio de Dirigentes do IFAM–COLDI/IFAM, sendo o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 07 (sete) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

§ 1º Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII, serão designados pelo Reitor.

§ 2º Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VIII.

§ 3º Cada **campus** poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria para os membros de que tratam os incisos II, III e IV.

§ 4º Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-Reitores do IFAM, sem direito a voto e ônus financeiro ao IFAM.

§ 5º Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - não comparecer a três reuniões consecutivas, ou a quatro intercaladas, no ano, salvo se a ausência for justificada por escrito, e aceita pelo Presidente do Conselho;

II - vir a ter exercício profissional ou representatividade diferente daqueles que determinaram sua designação;

III - deixar de ser servidor efetivo e ativo, no caso dos incisos II e IV do art. 2º;

IV - o servidor afastado para Servir a Outro Órgão ou Entidade, Exercício de Mandato Eletivo ou Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País, conforme Capítulo V da Lei nº 8.112, no caso dos incisos II e IV do art. 2º; ou

V - deixar de ser estudante regularmente matriculado, ou com matrícula trancada, no caso do inciso III do art. 2º.

§ 6º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido, realizando-se nova eleição para escolha de suplentes.

Seção II

Da Organização

Art. 3º Ao Plenário do Conselho Superior, instância de deliberação configurada por reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros, compete examinar e propor soluções às matérias submetidas ao Conselho, em consonância com o disposto no art. 2º deste Regimento.

Art. 4º Caberá ao Gabinete da Reitoria desempenhar as funções de Secretaria Executiva do Conselho Superior do IFAM.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único. O Secretário Executivo será escolhido pelo Presidente do Conselho Superior dentre os servidores lotados no Gabinete da Reitoria do IFAM, podendo ser substituído a qualquer momento.

Art. 5º À Secretaria Executiva do Conselho Superior do compete executar atividades técnico- administrativas e de assessoria ao Conselho e desempenhar outras funções que lhe sejam atribuídas.

Art. 6º O Conselho Superior poderá instituir Comissões ou Grupos de Trabalho para análise ou elaboração de propostas, pareceres e recomendações que subsidiem as decisões do Plenário.

§ 1º As Comissões ou Grupos de Trabalho serão constituídos por membros indicados pelo Plenário do Conselho Superior e designados pelo Presidente do Conselho.

§ 2º As Comissões ou Grupos de Trabalho serão dirigidos por um Coordenador, escolhido pelo Plenário do Conselho, dentre os membros indicados na forma do parágrafo anterior.

Art. 7º O Conselho Superior poderá convidar servidores, entidades, autoridades, pesquisadores e técnicos, nacionais ou estrangeiros, para colaboração em estudos ou participação em Comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho.

Seção III

Do Funcionamento

Art. 8º O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º A convocação dos membros para as reuniões ordinárias, deverá ocorrer com antecedência de até 10 (dez) dias úteis da data da reunião.

§ 2º A convocação dos membros para as reuniões extraordinárias, deverá ocorrer com antecedência de até 03 (três) dias da data da reunião.

§ 3º As reuniões do Conselho Superior serão iniciadas com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 4º A reunião estará automaticamente cancelada se, decorridos 30 (trinta) minutos, contados da hora marcada para o início, não se verificar a existência de quórum, lavrando-se termo da ocorrência.

§ 5º Será facultada aos suplentes dos membros do Conselho a participação em reuniões, conjuntamente com os respectivos membros titulares, sem direito a voto, nem voz e sem qualquer ônus ao IFAM.

§ 6º O Plenário será presidido pelo Presidente do Conselho Superior e, na ausência deste, pelo representante legalmente constituído para substituir o Reitor do IFAM.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

§ 7º O direito de voto será exercido pelo membro titular ou, em sua ausência, pelo respectivo suplente.

§ 8º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes a cada reunião e, em caso de empate na votação de qualquer matéria, o Presidente do Conselho proferirá o voto de qualidade para o desempate.

§ 9º A votação será nominal.

§ 10. Os votos divergentes poderão ser expressos na ata da reunião, a pedido do membro que o proferiu.

§ 11. As reuniões poderão ser presenciais, virtuais ou híbridas;

§ 12. As reuniões serão públicas, exceto quando algum membro do Conselho solicitar por escrito e apresentando a hipótese legal de sigilo contrário, devendo ser a questão objeto de decisão do Plenário com a adição obrigatória em ata da decisão tomada.

Art. 9º As deliberações do Conselho Superior serão consubstanciadas em Resoluções.

Art. 10. As matérias sujeitas à análise do Conselho Superior deverão ser encaminhadas via protocolo, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis da data de convocação, sendo classificadas por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuídas, preferencialmente por sorteio, pela Secretaria Executiva, aos demais Conselheiros para conhecimento.

Art. 11. Os trabalhos do Plenário observarão a seguinte sequência:

- I - verificação da existência de quórum para instalação do Plenário;
- II - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- III - aprovação da Pauta do Dia;
- IV - apresentação, discussão e votação das matérias; e
- V - comunicações breves e manifestações dos membros.

Art. 12. A Pauta do Dia, organizada pela Secretaria Executiva, será encaminhada com os respectivos anexos a todos os conselheiros, com antecedência mínima de 10 (dez) úteis dias, para as reuniões ordinárias, e de 03 (três) dias, para as reuniões extraordinárias. Na contagem exclui-se o dia da postagem/envio e inclui-se o da reunião.

Parágrafo único. Em caso de urgência ou de relevância, o Plenário do Conselho Superior, por voto da maioria, poderá alterar a Pauta do Dia.

Art. 13. Os Conselheiros poderão pedir vista de matéria objeto de deliberação em reunião do Conselho Superior, devendo apresentar seu parecer e voto na reunião seguinte.

Parágrafo único. Após entrar na pauta de uma reunião, a matéria deverá ser, obrigatoriamente, votada no prazo máximo de três reuniões.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

Art. 14. A cada reunião será lavrada uma ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, a qual deverá ser enviada aos membros até 10 (dez) dias após a reunião e assinada pelo Secretário Executivo e pelos membros presentes na reunião subsequente.

Art. 15. As datas de realização das reuniões ordinárias do Conselho Superior serão estabelecidas em cronograma, e sua duração será a julgada necessária, podendo ser interrompidas para prosseguimento em data e hora a serem estabelecidas pelos membros presentes.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 16. Ao Conselho Superior do IFAM, estatutariamente, compete:

I - zelar pelo cumprimento do disposto nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;

II - aprovar as diretrizes para atuação do IFAM e zelar pela execução de sua política educacional;

III - submeter ao Ministério da Educação o Estatuto do IFAM, assim como aprovar os seus regulamentos;

IV - aprovar as normas e homologar o processo de consulta à comunidade acadêmica para a escolha do Reitor do IFAM e dos Diretores-Gerais dos **campi**, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892, de 2008;

V - aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano Anual de Ação, e apreciar a proposta orçamentária anual;

VI - aprovar o Projeto Político Pedagógico Institucional, a Organização Didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

VII - aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VIII - autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

IX - apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório anual de gestão, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;

X - deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFAM, observada a legislação vigente;

XI - autorizar a alienação de bens imóveis e legados, na forma da lei;

XII - autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFAM, bem como o registro de diplomas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

XIII - aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFAM, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;

XIV - deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFAM levados a sua apreciação pelo Reitor; e

XV - Aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint).

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 17. O Presidente do Conselho Superior tem por atribuições:

I - representar o Conselho em suas relações internas e externas;

II - instalar o Conselho e presidir o seu Plenário;

III - promover a convocação das reuniões e submeter a Pauta do Dia à aprovação do Plenário do Conselho;

IV - tomar parte nas discussões e votações, exercendo o direito do voto de qualidade, na forma regimental;

V - baixar e publicizar atos decorrentes de deliberações do Conselho;

VI - designar os membros integrantes de Comissões ou Grupos de Trabalho;

VII - designar Conselheiro-Relator para os processos distribuídos ao Conselho;

VIII - decidir **ad referendum** do Conselho, quando se tratar de matéria inadiável e não houver tempo hábil para a realização de reunião;

IX - convidar pessoas, ou servidores, ou representantes de órgãos governamentais, de empresas privadas, de sindicatos ou de entidades da sociedade civil, para comparecer às reuniões e/ou prestarem esclarecimentos;

X - declarar a vacância de assento do Conselho Superior;

XI - adotar as providências necessárias para o provimento do cargo de Conselheiro, no caso de vacância;

XII - dar posse aos Conselheiros; e

XIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regimentais.

Art. 18. Os Conselheiros têm por atribuições:

I - participar do Plenário e das Comissões ou Grupos de Trabalho, para os quais forem designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão;

II - requerer votação de matéria em regime de urgência;

III - desempenhar outras incumbências que lhes forem atribuídas pelo Presidente ou pelo Plenário;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CONSELHO SUPERIOR

IV - propor a criação de Comissões ou Grupos de Trabalho;

V - deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidos pelas Comissões ou Grupos de Trabalho;

VI - apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesse do IFAM;

VII - proceder à indicação dos membros e coordenadores das Comissões ou Grupos de Trabalho;

VIII - justificar, ao Conselho, por meio da Secretaria Executiva, até 48 horas após a convocação, a ausência em reunião agendada; e

IX - atuar como Relator, apresentando voto fundamentado por escrito, nos expedientes que lhe forem distribuídos.

Art. 19. Os Coordenadores das Comissões ou Grupos de Trabalho têm por atribuições:

I - coordenar as reuniões das Comissões ou Grupos de Trabalho;

II - assinar as atas das reuniões e das propostas, pareceres e recomendações elaborados pelas Comissões ou Grupos de Trabalho, encaminhando-os ao Plenário; e

III - solicitar à Secretaria Executiva do Conselho Superior o apoio necessário ao funcionamento das respectivas Comissões ou Grupos de Trabalho.

Art. 20. O Secretário Executivo tem por atribuições:

I - promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho Superior, de suas Comissões e Grupos de Trabalho;

II - secretariar as reuniões, lavrar as atas e promover medidas destinadas ao cumprimento das decisões do Conselho;

III - articular-se com os Coordenadores das Comissões ou Grupos de Trabalho;

IV - proceder à tomada de frequência dos conselheiros, por reunião, fazendo registrar, em ata, inclusive, eventuais alterações de frequência;

V - fazer a conferência do quórum da reunião sempre que requerida pelo Presidente antes de iniciar a instalação do Conselho ou de qualquer votação;

VI - registrar os pedidos de vista formulados por conselheiros, acolhidos ou não pelo Presidente, redistribuindo o processo na hipótese de deferimento do pedido;

VII - encaminhar ao suplente comunicado da ausência do titular, acompanhado do material recebido no ato da convocação, até 48 (quarenta e oito) horas após o comunicado do titular; e

VIII - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do Conselho Superior ou pelo Plenário.



CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. As Comissões ou Grupos de Trabalhos aplicam-se as prerrogativas previstas no inciso IX do art. 17 do presente Regimento.

Art. 22. Cabe à Reitoria do IFAM prover condições quanto ao deslocamento (diárias e passagens) para a participação dos conselheiros nas reuniões, quando se tratar de reunião presencial e fora da localidade de exercício do conselheiro.

Art. 23. Não caberá qualquer remuneração ao conselheiro pela participação em reuniões, a qual se considera como relevante serviço prestado.

Parágrafo único. Ao término do mandato, o Conselheiro que tenha participado de, no mínimo, dois terços das reuniões, fará jus a receber do Presidente do Conselho, Certificado de Relevantes Serviços Prestados à Nação.

Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão dirimidos pelo Plenário do Conselho Superior.

Art. 25. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, só podendo ser alterado por quórum qualificado de dois terços de seus membros, aprovado em sessão do Conselho Superior.

Art. 26. Esta Resolução revoga a Resolução Nº. 20-CONSUP/IFAM, de 26/06/2013.

Reitor do Ifam